



Foto: Ricardo Stuckert/PR

CONGRESSO NACIONAL SE REUNE PARA DELIBERAR SOBRE VETOS PRESIDENCIAIS E MEDIDAS EMERGENCIAIS AO RIO GRANDE DO SUL

O Congresso Nacional reuniu-se nesta quinta-feira (09) para deliberar sobre vetos presidenciais e Projetos de Lei Orçamentários. A reunião em questão havia sido adiada por duas vezes devido à falta de acordo entre o governo e a oposição. Após uma longa discussão no plenário, decidiu-se que uma parte da pauta seria mantida e outra teria sua deliberação adiada.

Devido aos desastres naturais no Rio Grande do Sul (RS), os parlamentares aprovaram medidas do governo para o envio de recursos para ações de proteção no estado. Os Projetos de Lei do Congresso Nacional 4 e 12 de 2024 facilitam o envio de emendas para ações de proteção e defesa civil no Rio Grande do Sul e agilizam a execução com prioridade.

Além disso, foram apreciados 20 vetos nesta mesma sessão. Seis foram mantidos integralmente, 12 foram parcialmente derrubados e 2 foram totalmente rejeitados. Entre os vetos mantidos, destaca-se os vetos presidenciais ao PL 4173/2024, que regulamentou a tributação de offshores e fundos de investimentos. Uma das derrotas do governo nesta sessão foi a rejeição do veto presidencial à Lei Orçamentária Anual (LOA), que suspendia o envio de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão.

O acordo feito entre o Governo e a Oposição resultou no adiamento da discussão dos vetos presidenciais à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, da Lei das Saldinhas e do projeto que revogou a antiga Lei de Segurança Nacional.

Também foi aprovada a Resolução do Congresso Nacional nº 2 de 2024, que possibilita a permanência do líder da minoria para até dois 2 anos. Antes da provação, o período máximo de permanência era de 1 ano.

Devido a esses adiamentos, uma nova sessão deve ser marcada para o dia 28 de maio.



“Se eu perguntar aqui, ninguém sabe o que é. Eu quero mais tempo para discutir, só isso. Eu acho injusto trazer um tema que é amplamente debatido como as "saldinhas" para o mesmo patamar da Lei de Segurança Nacional”

Flávio Bolsonaro (PL-RJ),
Senador



“Não faltarão iniciativas, esforços e empenho por parte do Parlamento brasileiro para que haja a mitigação dessa tragédia com auxílio efetivo, através de proposições legislativas inteligentes, eficazes, efetivas e a fiscalização, por parte do Parlamento, do trabalho realizado pelo Poder Executivo federal”

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG),
Presidente do Senado Federal do Brasil

SENADO APROVA PROJETO QUE DEFINE ATIVIDADES DE RISCO

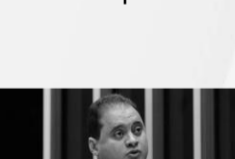
Em meio a concentração de esforços para soluções diante do estado de calamidade do Rio Grande do Sul, o Senado Federal se reuniu ao longo desta semana e deliberou o PL 4015/2023, que reconhece como atividade de risco aquelas desempenhadas por integrantes da magistratura, membros do MP, defensores públicos e outras carreiras jurídicas.

A proposta, de origem na Câmara dos Deputados, inicialmente contemplava apenas magistrados e membros do Ministério Público. O texto foi aprovado em agosto de 2023 pela Câmara, sob a relatoria do deputado Rubens Pereira Junior (PT/MA).

Por sua vez, no Senado Federal, foi designado como relator o Senador Weverton (PDT/MA), que inseriu novas categorias no texto, incluindo defensores públicos, advogados públicos, oficiais de justiça, policiais judiciais e policiais legislativos.

O projeto também altera o Código Penal, nos dispositivos destinados a tipificar os crimes de homicídio e lesão corporal, cometidos contra os integrantes dessas carreiras e seus parentes, para tornar as penas mais rigorosas.

O relator esclareceu que a proposta não tem objetivos de gerar benefícios remuneratórios ou previdenciários, portanto, incluiu disposição no novo texto com este objetivo. Com as alterações, a matéria retorna à Câmara dos Deputados.



“A lei é para prestigiar o bom servidor público que tem coragem de enfrentar temas difíceis. Quando ele muitas vezes está lá exposto ao crime organizado, com todos tipos de pressão lá dentro da sua comunidade, ou dentro da sua cidade, justamente sabendo que ele ou a sua família muita das vezes está vulnerável a esse tipo de pressão”

Senador Weverton (PDT/MA),
relator do PL 4015/2023

DESASTRE NO RS MOBILIZA TODA AGENDA POLÍTICA DO PAÍS

As enchentes catastróficas que assolaram o Rio Grande do Sul não representaram somente uma emergência humanitária, mas também desencadearam uma série de respostas políticas em todos os níveis de governo. O desafio de lidar com os impactos imediatos e de longo prazo desses desastres naturais exige uma abordagem política abrangente e coordenada.

Em resposta à crise, o governo federal anunciou um pacote de medidas que totaliza quase R\$ 51 bilhões para ajudar na recuperação do estado. Este anúncio reflete não apenas uma resposta humanitária, mas também uma estratégia política para mitigar os danos e demonstrar a prioridade do Governo em agir em momentos de crise. A presença de líderes políticos proeminentes, como os Presidentes Lula, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, reforça a dimensão política dessas ações e busca garantir que a assistência seja entregue de forma eficaz e oportuna.

Além disso, a mobilização do Congresso Nacional para aprovar, nesta quinta-feira (9), o PLN 12/2024, que facilita o remanejamento de recursos e emendas parlamentares para o Rio Grande do Sul, demonstra uma resposta política coordenada que prioriza o atendimento às necessidades urgentes do estado. Observa-se que a cooperação entre os poderes Legislativo e Executivo, neste momento, tem como propósito garantir o direcionamento eficaz e transparente dos recursos.

Ademais, a resposta política ao desastre também levanta questões sobre a preparação e adaptação às mudanças climáticas. Embora as medidas de socorro sejam essenciais para lidar com os impactos imediatos das enchentes, a necessidade de investir em resiliência e infraestrutura, para enfrentar desastres futuros, destaca a importância da ação política preventiva e da colaboração internacional na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.



“É possível remediar e minimizar, reconstruir o estado, devolver a dignidade ao povo do Rio Grande do Sul com medidas que eu espero que sejam ágeis, que sejam inteligentes e eficazes para resolver esse problema”

Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG),
Presidente do Senado Federal

Material produzido por